

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI N.º 2.020, DE 1999 (Aensos: PL n.ºs. 2.548/00, 3.028/00, 3.061/00)

Obriga divulgação de mensagens sobre medicamentos genéricos, nos anúncios de remédios e similares.

Autor: Deputado LUIZ BITTENCOURT

Relator: Deputado GERALDO PUDIM

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe determina que todos os medicamentos, vitaminas ou assemelhados devem conter mensagem educativa sobre medicamentos genéricos, nas suas embalagens, rótulos, bulas e peças publicitárias.

Ao projeto foram apensadas três outras proposições, quais sejam:

- 1) PL n.º 2.548/00, da Sra. Vanessa Grazziotin, prevendo que todos os estabelecimentos que dispensem medicamentos deverão afixar, em local visível, a relação dos medicamentos genéricos;
- 2) PL n.º 3.028/00, do Sr. Luiz Bittencourt, dispondo que os estabelecimentos comerciais que vendem medicamentos são obrigados a fixar cartazes com a lista de medicamentos genéricos disponíveis e seus preços;



719C5BE614

- 3) PL n.º 3.061/00, do Sr. Darcísio Perondi, estabelece que todos os medicamentos éticos ou similares, assim definidos em lei, deverão trazer impresso em sua embalagem mensagem informativa que já há medicamento genérico registrado.

No curso da apreciação de mérito, a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias aprovou a matéria, nos termos do Substitutivo apresentado. Já a Comissão de Seguridade Social e Família, ao se manifestar pela aprovação, também, ofereceu Substitutivo consolidando os textos.

Chega-nos, assim, a matéria para que esta Comissão se pronuncie quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa de todas as proposições supramencionadas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Ao examinar as proposições constantes dos autos, verifico que, no tocante à constitucionalidade formal, inexistente óbice ao prosseguimento das proposições, de vez que a matéria é de competência da União e não há reserva de iniciativa legislativa.

Quanto à constitucionalidade material, constato que o art. 2º do projeto principal, o art. 3º do Substitutivo da CDCMAM e os arts. 2º e 3º do PL nº 3.028, ao intentarem dar atribuições a órgãos do Poder Executivo, ferem o princípio da separação de Poderes, quando avançam na competência de iniciativa privativa do Presidente da República.

Conforme entendimento já pacificado por diversas decisões do Supremo Tribunal Federal, é defeso ao Poder Legislativo determinar que outro Poder exerça prerrogativa que lhe é própria. No mesmo sentido, falece competência ao Poder Legislativo para dispor sobre o funcionamento de órgãos



da Administração Federal, quando implicar em aumento de despesa, matéria de iniciativa privativa do Presidente da República. Na hipótese de não haver aumento de gastos, a matéria deverá ser disciplinada por instrumento infralegal, sem o pronunciamento, portanto, do Poder Legislativo.

Considerando, no entanto, que as inconstitucionalidades apontadas não contaminam a essência das proposições, apresento as emendas supressivas em anexo.

No que tange à juridicidade e técnica legislativa, não há qualquer reparo a ser feito.

Pelas precedentes razões, manifesto meu voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 2.020/99, com adoção da emenda supressiva em anexo; do Substitutivo da Comissão Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, com subemenda supressiva; do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família; e dos Projetos de Lei n.ºs. 3.028/00, com adoção de duas emendas supressivas, 2.548/00 e 3.061/00.

Sala da Comissão, em 12 de agosto de 2008.

Deputado GERALDO PUDIM
Relator



719C5BE614

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**PROJETO DE LEI N.º 2.020, DE 1999**
(Do Sr. Luiz Bittencourt)**EMENDA SUPRESSIVA**

Suprima-se o art. 2º do projeto de lei em epígrafe.

Sala da Comissão, em 12 de agosto de 2008.

Deputado GERALDO PUDIM
Relator



719C5BE614

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE DEFESA DO
CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS AO
PROJETO DE LEI N.º 2.020, DE 1999****SUBEMENDA SUPRESSIVA**

Suprima-se o art. 3º do Substitutivo.

Sala da Comissão, em 12 de agosto de 2008.

Deputado GERALDO PUDIM
Relator



719C5BE614

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**PROJETO DE LEI N.º 3.028, de 2000**
(Do Sr. Luiz Bittencourt)**EMENDA SUPRESSIVA**

Suprima-se o art. 2º do projeto de lei em epígrafe.

Sala da Comissão, em 12 de agosto de 2008.

Deputado GERALDO PUDIM
Relator



719C5BE614

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**PROJETO DE LEI N.º 3.028, de 2000**
(Do Sr. Luiz Bittencourt)**EMENDA SUPRESSIVA**

Suprima-se o art. 3º do projeto de lei em epígrafe.

Sala da Comissão, em 12 de agosto de 2008.

Deputado GERALDO PUDIM
Relator



719C5BE614